

Ata nº 031/2017 da Sessão Ordinária, realizada aos 13 (treze) dias do mês de junho de 2017 (dois mil e dezessete), às 18:00 (dezoito) horas. Reuniu-se na Câmara Municipal de São Mateus - Estado do Espírito Santo, na sede da Câmara, sob a Presidência do Vereador Sr Carlos Alberto Gomes Alves, e Secretariado pelo Vereador Sr Ajalirio Caldeira. **DO PEQUENO EXPEDIENTE:** A seguir o Sr Presidente fez a abertura da Sessão e após as formalidades regimentais, solicitou ao Sr Secretário que efetuasse a chamada dos Srs. Vereadores, para verificação do Quorum legal, responderam presente 11 (onze) Srs. Vereadores: Ajalirio Caldeira, Antônio Luiz Cardoso, Aquiles, Carlos Alberto, Francisco Amaro, Jaciara Teixeira, Jerri Pereira, Jorge Recla, Doda Mendonça, Jozail do Bombeiro e Paulo Chagas. O Sr. Presidente convidou a Sra. Áurea Novais e o Sr. José Carlos Noventa, para ocuparem o assento destinado aos convidados da Casa. Assim constatados os presentes, o Sr. Presidente convidou o Vereador Sr. Antônio Luiz Cardoso para que efetuasse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. A seguir o Sr Presidente solicitou ao Secretário da Mesa que procedesse a leitura dos expedientes enviados a esta Casa de Leis que constou o seguinte: **Leitura das Atas nºs 015 e 016/2017**, aprovadas pelo Sr. Presidente. **PODER EXECUTIVO:** Expediente **OF/PMSM/SME Nº 769/2017**, protocolizado sob o nº 000843/2017, da Prefeitura Municipal de São Mateus, que encaminha Resposta das Requerimento nº069/2017, de autoria dos Excelentíssimo (as) Vereadores (as) Jerri Pereira. Expediente **OF/PMSM/SME Nº 782/2017**, protocolizado sob o nº 000844/2017, da Prefeitura Municipal de São Mateus, que encaminha Resposta da indicação nº309/2017, de autoria do Excelentíssimo (as) Vereadores (as) Antônio Luiz Cardoso. **PODER LEGISLATIVO:** Expediente **OF. CSM/SF Nº 074 /2017**, protocolizado sob nº 850 /2017 , onde a Secretaria de Finanças da Câmara de São Mateus, encaminha Prestação de Contas, contendo: Nota de Movimento Financeiro, Relatório de Pagamentos e Balancete Analítico da Despesa Orçamentária, referente ao mês de maio de 2017. Expediente protocolizado sob nº **852/2017**, de autoria do Sr. Vereador Ajalirio Caldeira, que encaminha declaração de visitante, para justificar sua ausência na Sessão Ordinária do dia 25 de abril de 2017, expedida pelo Presidente da Executiva Estadual do PHS-ES, assinado pelo Exmº. Sr. Deputado Federal Dr. Jorge Silva. **DIVERSOS:** Expediente **COMUNICADO nº CM0 61910/2017**, do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em favor da Prefeitura Municipal de São Mateus montante de R\$ 357.257,33 (Trezentos e cinquenta e sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos). Proposições sujeitas à DISCUSSÃO e VOTAÇÃO: **Indicações nºs 431 e 432/2017** de autoria do vereador Sr. Ajalirio Caldeira, que solicita: Aquisição de área de terra na Comunidade Nova Lima, Distrito de Itauninhas, para instalação de torre repetidora de telefonia celular e Instalação de Posto Policial na Comunidade Nova Lima, Distrito de Itauninhas. **Indicações nºs 433 e 434/2017** de autoria do vereador Sr. Antônio Luiz Cardoso, que solicita: Ceder em comodato uma área de terra da municipalidade, no bairro guriri, em favor da entidade associação vipa – voluntários independentes pelo amigo e Criação da “Casa dos Conselhos” no município de São Mateus. **Indicações nºs 435 e 436/2017** de autoria do vereador Sr. Aquiles, que solicita: Que os ônibus da linha Roberto Silveiras x Ayrton Senna circulem no horário

das 22:30 hs., bem como façam o percurso na Rua Gileno Santos no Bairro Ayrton Senna e Instalação de placas indicativas nas esquinas das ruas e avenidas do Bairro Bonsucesso, contendo o nome e o respectivo CEP. **Indicações nºs 437 e 438/2017** de autoria do Vereador Sr. Carlos Alberto, que solicita: Capina e limpeza das ruas da Comunidade Vargem Grande – Rio Preto e Reparo dos buracos situados na Rua Presidente Costa e Silva, no Bairro Santo Antônio. **Indicações nºs 339 e 440/2017** de autoria do Vereador Sr. Doda Mendonça, que solicita: Calçamento da Rua Gentil Otaviano Fundão Santos, no Bairro Guriri, lado sul e Instalação de torre de telefonia celular da Vivo na Localidade Morro da Arara, para atender os moradores das Comunidades Nova Vista I e II, São Jorge e Dilô Barbosa, Distrito de Itauninhas. **Indicações nº 441 e 442/2017** de autoria do vereador Sr. Francisco Amaro, que solicita: Aquisição de 02 (dois) automóveis novos para o Departamento de Fiscalização de Obras e posturas da Secretaria Pertinente e Criação do Cargo de Coordenador Municipal do Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas. **Indicações nºs 443 e 444/2017** de autoria da vereadora Sra. Jaciara Teixeira, que solicita: Retomar as atividades do Programa de Ações Integradas Esportivas – PAIES e Patrolamento da Avenida Mar Negro e da Rua Maria Tezolin Carrafa, situadas no Bairro Guriri, lado sul. **Indicações nºs 445 e 446/2017** de autoria do vereador Sr. Jerri Pereira, que solicita: Ampliação e reforma da Escola Pluridocente Municipal Patrimônio Córrego da Areia, situada na Comunidade Córrego da Areia, Distrito de Nestor Gomes e Construção de rede de esgoto na Comunidade Córrego da Areia, Distrito de Nestor Gomes. **Indicações nºs 447 e 448/2017** de autoria do vereador Sr. Jorge Recla, que solicita: Construção de Campo de Futebol no bairro Santa Tereza e Regularização fundiária do Bairro Vila Nova. **Indicações nºs 449 e 450/2017** de autoria do vereador Sr. Jozail do Bombeiro, que solicita: Patrolamento das estradas situadas nas Comunidades Córrego Grande e Córrego Bamburral e Recuperação e patrolamento das estradas de acesso aos Assentamentos Joeirana, Palmeiras e 27 de Outubro, Distrito de Nestor Gomes. **Indicações nºs 451 e 452/2017** de autoria do vereador Sr. Paulo Chagas, que solicita: Instalação de central de ambulância em Nestor Gomes, para atender os moradores da região dos Quilômetros e do Distrito de Nova Verona e Construção de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no Distrito de Nestor Gomes – Km 41. **Requerimento nº 091/2017** de autoria do vereador Sr. Aquiles, que solicita: Forneça relação contendo a quantidade de caminhões-pipa locados pelo Poder Executivo, informando ainda o valor das locações, bem como a data do início e término do contrato. **Requerimento nº 092/2017** de autoria do Sr. Vereador Jerri Pereira, que solicita: Viabilize apoio financeiro ao transporte escolar para estudantes do Ensino Médio e Superior, de acordo com a Lei nº 1.590/2016 – que “Estima a receita e fixa a despesa do município de São Mateus, para o exercício financeiro de 2017”. **Requerimento nº 093/2017** de autoria do Vereador Sr. Jorge Recla, que solicita: Construção de CEIM no Bairro Guriri, lado sul, de acordo com a Lei nº 1.590/2016 – que “Estima a receita e fixa a despesa do município de São Mateus, para o exercício financeiro de 2017”. **Requerimento nº 094/2017** de autoria do Vereador Jozail do Bombeiro, que solicita: Informe a esta Casa de Leis a atual situação do quadro de salva-vidas do município de São Mateus, tais como: quem é o coordenador da equipe; o número de salva-vidas; como é feita a escala; como são

distribuídos; como são fiscalizados e relação dos nomes dos salva-vidas. **Em Turno Único Projeto de Lei nº 010/2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o Artigo 4º da Lei Municipal 553/2006”. **Em Turno Único Emenda de Redação nº 001/2017, ao Projeto de Lei 010/2017** do Poder Executivo, que “Altera o Artigo 4º da Lei Municipal 553/2006”, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça, Direitos Humanos, Cidadania e Redação. Ato contínuo o Sr. Presidente convidou a Sr. Zenilza Aparecida Barros Paulin, Secretária de Educação do Município de São Mateus, para ocupar a Tribuna. Com a palavra a Secretária: “Boa noite a todos e todas, todos os cidadãos mateenses que vem participar e eu cumprimento nossa representante feminina nesta Casa, a Vereadora Jaciara, cumprimentando assim a todos os Vereadores, que nós possamos ocupar mais espaço, mais força feminina. Eu estou respondendo atualmente pela Secretaria de Educação, sou educadora deste Município há alguns anos, não vou falar quanto tempo, desde 1999, sou professora há 23 anos e o que o Presidente disse é uma missão de fato árdua porque nós temos uma rede hoje com 18.500 alunos, isso quer dizer a população de muitos Municípios, a quantidade de alunos que nós temos na Rede Municipal, com 109 escolas. O convite que me foi feito foi para que nós pudéssemos conversar e trazer informações a respeito da merenda escolar e do transporte escolar. Eu irei me ater a estes dois viés porque se nós formos falar tudo sobre educação nós vamos precisar de umas cinco sessões. Então eu trouxe informações a respeito destas duas pautas. Para que a gente possa se situar, até porque em alguns momentos nós temos em mente que o Governo Federal banca todos os recursos do Município, isso não é uma verdade. O Governo Federal colabora mas ele não banca, e eu costumo dizer em algumas reuniões que as coisas acontecem nos Municípios. Então as maiores cargas estão no Município. Para a gente ter uma idéia, no que trata de merenda escolar, no ano de 2016 o gasto com merenda escolar, o investimento, porque em educação a gente não gasta, a gente investe, o investimento com educação foi de 3 (três) milhões. Destes 3 (três) milhões, 1,8 milhões foram do Governo Federal. O que complementou esse recurso foi recurso público do tesouro Municipal ou royalties do petróleo, então aí é quase meio a meio, e a gente as vezes imagina que a merenda escolar ela vem toda do Governo Federal. No ano de 2017 nós temos uma estimativa de aplicarmos R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) em merenda e o que o Governo Federal vai enviar está em torno de R\$ 1.850.000,00 (hum milhão e oitocentos e cinqüenta mil reais). A resolução per capita de aluno esse ano do Governo Federal que estipula o valor a ser repassado para cada aluno ela é a Resolução nº 01 de 02 de fevereiro de 2017, agora, diz o seguinte, que para o aluno de creche em tempo integral, aquela criança que entra às 07hs e sai as 17hs, o Governo Federal repassa R\$ 1,07 (um real e sete centavos) para alimentação desta criança/dia. Para a criança de pré-escola o Governo Federal repassa R\$ 0,53 (cinquenta e três) centavos/dia. Para a educação Quilombola R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos) e para os demais alunos de ensino fundamental e EJA R\$ 0,36 (trinta e seis centavos)/dia. É o valor que o Governo Federal repassa para cada refeição diária de merenda. Então não é fácil o Município oferecer merenda escolar de qualidade embora seja uma obrigação. Os Municípios que tem royalties de petróleo, como nós, a gente ainda consegue equilibrar algumas questões, o que não é uma verdade em muitos outros Municípios.

Até dezembro do ano passado o recurso da merenda ia para a escola e o Diretor fazia esta compra. Então no início de Dezembro as escolas receberam um recurso com a finalidade de fazer uma reserva de merenda, um estoque de merenda para o primeiro mês letivo. Então todas as escolas receberam este recurso para os primeiros trinta dias, que neste caso foi de 20 de fevereiro à 20 de março porque nós infelizmente precisamos tardar aí o início do nosso ano letivo em virtude da paralisação da Polícia Militar. Esse tempo também que nós tivemos de atraso no início do ano letivo, conseqüentemente atrasou a situação da merenda, que estava prevista para este período. Nós fizemos a primeira licitação, o primeiro pregão presencial de merenda escolar nos dias 15 e 16 de março. Este pregão teve um recurso administrativo de uma das empresas que concorreu, porque esta empresa na licitação anterior, do ano anterior, ela conseguiu ganhar um montante que daria R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e nesta licitação ela conseguiu ganhar R\$ 500.000,00 (quinhentos mil). Então ela questionou alguns itens e entrou com um recurso administrativo, o que não poderia ter o fornecimento de merenda neste período até que tramitasse o recurso administrativo". O Sr Presidente fez a seguinte pergunta para a oradora: "No Governo passado o sistema que era adotado era que as Diretoras com o recurso, ela fazia a compra dentro da sua necessidade, então quer dizer, a Diretora tinha o tempo necessário para ir lá comprar, escolher a qualidade que ela queria dentro do preço que a escola ou a creche poderia comportar. Aí eu te pergunto, porque mudou? Isso melhorou ou isso piorou?". Ao passo que a Secretária respondeu: "Porque nós mudamos, foi um pedido até das próprias gestoras. Se vocês passarem pelas escolas, vocês ouvirão isso das diretoras. Que elas gastavam muito mais o tempo com compra e prestação de contas do que com o pensar pedagógico que é a finalidade da escola. Eu percebo alguns educadores aqui e vocês podem, eu estava na escola até o dia 31 de dezembro, na sala de aula e a gente percebia as vezes o Diretor trancado uma semana para poder dar conta de prestação de contas. E aí, Vereador, outras lacunas que fomos percebendo foi que nós podemos voltar a este modelo. É um modelo extinto porque na ponta, esta merenda era uma merenda de qualidade, mas o processo dele ele estava falho. Então a gente precisa corrigir alguns itens deste processo falho para que a gente possa voltar a este procedimento. Por exemplo, eu não posso ir a um supermercado e fazer um crédito, ou eu compro ou eu não compro, certo? Se eu estou fazendo um crédito naquele supermercado para ele me dar uma nota fiscal eu estou cometendo um erro. Então existem outros erros que nós identificamos que a gente precisa corrigir no processo". O Sr. Presidente replicou: "Por exemplo, hoje, se faltar um determinado alimento numa escola ou numa creche, e que vocês não tenham, vocês vão ter que depois fazer todo o processo licitatório novamente. E quando era a escola, eu estou te falando isto aqui, eu acho que era questão de disciplinar ou orientar melhor o Diretor, porque eu conheço diversas diretoras, são muitas e diga-se de passagem, das que eram Diretoras pouquíssimas continuam, substituiu bastante, mas eu conversei com algumas delas e elas me falam que realmente era desgastante, mas era compensador por que elas sabiam que elas estavam comprando para dar para aquelas crianças, então eu acho que isso, não é"? A oradora respondeu: "A licitação era feita do mesmo jeito, ela não podia comprar em qualquer empresa e ela tinha o

per capta com o cardápio do mesmo jeito. Então ela não poderia trocar daquele cardápio açúcar por outra coisa. O cardápio continua tanto antes quanto agora, existe um cardápio, ela tinha que seguir o cardápio. A única diferença é que ao invés da Secretaria pegar e a empresa fazer a distribuição, a própria Diretora ia até a empresa fazer isso e ela prestava conta, ela tinha que prestar conta. Nós tivemos que entregar semana passada, por um motivo que depois eu vou citar aqui, uma prestação de contas para a polícia federal de um ano, nós tivemos que escanear mil e quatorze notas fiscais, por que as prestações contas eram individuais. Então a fiscalização deste recurso, desta forma com este formato, ele é muito complexo. Vou dar um outro exemplo para os Senhores, nós tínhamos esse mesmo processo com gás. A escola recebia um valor para o gás. Nós pegamos escola com vale de quarenta botijas de gás. Como que a escola tem um vale guardado de quarenta botijas de gás? Então tem uma lacuna aí. Uma coisa é nós não sabermos do erro como administrador público, você desconhece o erro e aí você não tem como tomar uma providência. Outra coisa é você perceber a lacuna e não tomar uma providência para corrigi-la, aí a gente passa a fazer parte do erro. Então enquanto a gente não conseguir aprimorar eu quero me fazer entender o seguinte, eu estava na escola, a qualidade da merenda na ponta para esta criança é indiscutível. O problema é o processo, nós precisamos corrigir algumas lacunas deste processo, para que a gente volte a fazer neste formato". O Vereador amaro tomou a palavra e perguntou: "Eu queria complementar encima do que o Presidente falou. A Sra. questionou que as Diretoras optaram ou até sugeriram por este procedimento, por esta nova modalidade, mas é de conhecimento de todos que muito poucas Diretoras e Diretores da gestão passada permaneceram, até pelo critério que a Secretaria e o Prefeito optou a inovar. Mas a nossa preocupação, porque nós já estamos na metade do ano e as reclamações são diversas no que diz respeito á merenda escolar, inclusive semana passada um Vereador trouxe aqui uma foto de uma escola que ele passou e que a Diretora fez questão de mostrar e fotografar o tipo de carne que chegou lá, que na verdade não era, não sei nem o que era, era sebo com alguma coisa. E aí, Secretária, encima desta preocupação e dessa demora, dessa questão burocrática eu queria saber como anda o andamento, o que tem sido feito, como é e quando isso pode se resolver, porque como o Presidente falou eu me recordo que também no mandato passado do Prefeito Amadeu Boroto, foi um grande problema que ele teve logo no início, mas depois quando ele adotou esse critério das Diretoras fazerem essa aquisição e, é claro que é burocrático e tudo mais, mas as Diretoras e os Gestores estão lá para isso não é? Assim como a Senhora também está na Secretaria porque a gente sabe da tamanha tarefa. Mas eu gostaria que a Sra. explicasse dentro desta questão da merenda escolar quando há uma possibilidade de se resolver isso e para que a gente possa passar isso para a população que nos procura e nos cobra". Ato contínuo a Secretaria respondeu: "Se vocês me permitirem eu gostaria de fazer um esboço de toda a situação da merenda que de repente vai responder algumas inquietudes que vocês já desejam questionar ou perguntar e uma delas é essa. Pois é, como essa empresa que eu disse anteriormente embargou o processo de merenda, nós tivemos que fazer um emergencial de trinta dias, por que até tramitar o questionamento e a resposta demoraria quinze dias. Para que as crianças não ficassem sem merenda nós

fizemos um emergencial de trinta dias do dia 21 de fevereiro até o dia 21 de março para que a gente pudesse suprir a necessidade de merenda deste período. No dia 23 de março nós fizemos a licitação de merenda escolar, não tivemos problema depois disso porque aí a empresa que questionou foi respondida, não conseguiu na justiça embargar o processo de licitação e aí o fornecimento de merenda neste período foi regularizado. No dia 25/04 nós fizemos a licitação da agricultura familiar que estava prevista para o início do mês de abril e não ocorreu por que os agricultores chegaram com deficiência de documentos, então foi necessário reagendar a licitação da agricultura familiar. Nós tivemos deserto de leite. Nós fizemos três chamadas de licitação de leite e nós tivemos deserto, na terceira chamada que nós conseguimos fazer a licitação do item de leite. Este assunto foi questionado pelo Ministério Público, que acompanhou este período das dificuldades com a merenda escolar, eu tenho aqui o questionamento do MP, o acompanhamento do MP. Situação que nós conseguimos regularizar agora nos últimos trinta dias. Então o fornecimento de merenda dos últimos trinta dias ele está regularizado com exceção do mel, que a cooperativa que ganhou pediu desistência semana passada, e de uma outra empresa que eu vou citar logo ali na frente. A situação da carne que foi fotografada aqui semana passada, essa foto foi pedida pela Secretaria de Educação, eu tenho várias desta aqui, porque o que ocorre? O primeiro lote de carne que foi entregue por esta empresa que ganhou a licitação foi entregue na qualidade exigida. Nós pegamos uma amostra, levamos no CEIM São João e pedimos que eles preparassem, porque uma coisa é a carne no pacote e outra coisa é a carne preparada, qualidade ótima e excelente. Segundo lote de carne veio esta vergonha aqui. Quando isso chegou nas escolas, antes de chegar nas mãos de vocês, a Secretaria de Educação ficou sabendo. Solicitamos à todas as Diretoras, está aqui também, que fotografassem, que fizessem relatos da vergonha de produto que a empresa estava entregando, que a empresa seria notificada porque é uma empresa de licitação. Ela foi notificada na minha sala, eu chamei o representante da empresa, entreguei a notificação e foi dito a ele na notificação que de uma segunda vez ele será desclassificado, ele sairá do processo de licitação. Porque nós não realizamos nenhuma licitação viciada, nós não fizemos acordo com nenhum empresário e nós não temos que fazer vista grossa a produto nenhum que será entregue. Então a notificação inclusive está aqui caso alguém queira ter acesso e o dono da empresa, o representante dele que é quem faz contato conosco ele tem ciência disto. Então essas fotos, nós pedimos para tirar, nós pedimos ao diretor que fizesse relato, que pedimos á servente que fizesse a carne e relatasse esta situação. Nós fizemos uma licitação, assim como quando a gente compra um produto e que se vocês olharem o pacote, essa carne você só percebia esta má qualidade, quem foi à escola e viu, quando você abria o pacote. Então quando você olhava o lote do pacote, perfeito, que a gente faz a vistoria antes da entrega, mas quando abria o pacote no meio do lote, nós estamos falando de cento e nove escolas, são quilos e quilos de carne, tinha esta situação que aí está. Então a empresa foi notificada e de uma segunda vez ela será desclassificada da licitação porque nós não temos acordo nem com esta empresa e nem com empresa nenhuma. Ela tem o direito de participar da licitação, mas ela tem a obrigação de fornecer o produto pelo qual é classificado, tem a descrição do produto e ela precisa cumprir o que está lá. Um fato

como este aconteceu com o alho, só que o alho não tem como esconder não é? O alho estava mofado e quando ele chegou na Secretaria de Educação nós devolvemos todo o lote de alho para que ele pudesse ser trocado. Eu separo tudo e deixo com vocês toda essa documentação”. Ato contínuo, o Sr. Presidente fez a seguinte pergunta: “Esta empresa é do Estado?”. A Secretária respondeu: “Sim, de São Mateus.” O Sr. Presidente assim disse: “Eu vou dar uma sugestão, eu queria ver o termo da notificação porque eu acho que a empresa ela só ser notificada é pouco. Eu não quero nem saber, não precisa nem falar qual é a empresa, eu não sei, mas acho que a notificação é pouco, acho que ela deveria ressarcir as escolas e creches posteriormente a quantidade”. A Oradora continuou: “Nós comunicamos ao jurídico, viu gente? Todas essas questões nós comunicamos ao jurídico para que eles possam tomar as providências cabíveis do jurídico da Prefeitura. Bom, dando continuidade, inclusive na semana passada também, houve o questionamento da empresa da Escola do Córrego Grande que estava sem merenda escolar. Eu pedi à Diretora que pudesse nos comunicar, ela fez por escrito, está aqui, ela fez por escrito, dizendo que a escola nunca ficou sem merenda escolar, fez a reunião com sua comunidade para tirar, levantar discutir, então não existe a carência de merenda escolar nesta comunidade. Aí eu queria dar uma sugestão para a gente discutir essas questões. Todas as vezes que de repente, só uma sugestão, vocês receberem este questionamento da entrega ou não da merenda escolar, a gente, quando nós fazemos a entrega nós temos recibos de entrega. Então vocês podem solicitar os recibos de entrega com a data e o que foi entregue em cada escola e aí foi através disso que nós vamos fazendo o acompanhamento do que a escola recebeu, a quantidade que a escola recebeu. Na licitação deste ano nós tivemos um avanço e eu espero que quem esteja no campo tenha percebido isso. Eu não sei se vocês sabem, a agricultura familiar do nosso Município, a licitação de agricultura familiar do nosso Município está sob investigação da polícia federal dos anos de 2012 a 2016. Nós estamos neste momento fornecendo documentação para a polícia exatamente pela forma como a licitação era feita. Da forma como ela era feita não possibilitava o pequeno agricultor de participar. Ou seja, o pequeno agricultor que mora no nativo e produziu alface. O valor dessa alface não compensava para ele vir entregar alface em Santa Maria, por exemplo. Então o que nós fizemos nesta licitação! Nós regionalizamos, dividimos a região em espaço-territorial menor para que cada pequeno agricultor que participasse pudesse entregar a merenda, o item que ele ganhar naquela região. Então nós dobramos o número de pequenos agricultores e esse é um assunto que está sendo investigado pela polícia federal nos últimos quatro anos. Inclusive uma das empresas que ganhou a licitação este ano era uma das empresas que está sendo investigada, ela não forneceu o produto e nós já rompemos o processo de licitação até em consenso com a própria empresa, ela entendeu que não dava para ela fornecer esses itens, que a licitação vai acontecer agora de novo nos itens desta empresa”. Ato contínuo, o Vereador Jorge Recla tomou a palavra e disse: “O Córrego Grande, eu estive lá essa semana, o problema lá na verdade não é a falta da merenda, a situação lá é que a escola foi arrombada, tem uma grade, por sinal é uma escola muito bem feita na época do Lauriano, solicitação nossa, você chega na escola e não tem rachadura nenhuma, acompanhei a fundação da escola, é de primeira mesmo. Por causa desta grade

eles estão impossibilitados de cozinhar a merenda, dois meses, é um absurdo. Vou te pedir para olhar para mim lá, se você puder olhar com carinho, porque eles ganharam a botija de gás, porém não podem colocar porque pode ser roubada novamente. Então eu queria só ver com você se essa semana pudesse acertar essa grade”. A oradora continuou: “Jorginho, até quem fez esse pedido essa semana, nós tivemos quatro escolas do campo assaltadas nos últimos quarenta dias e aí o foco é a merenda escolar. A gente bate a merenda escolar num dia, no final de semana seguinte a escola é assaltada, no final de semana uma escola no campo não precisa nem dizer né? Para o carro, corta a grade e carrega tudo. Nós tivemos quatro escolas assaltadas, a Coordenadora de educação no campo está aqui presente. Inclusive nós fizemos um documento para a polícia, para a central da polícia em Vitória, pedindo socorro porque a gente não da conta de ficar, é um número muito grande de escolas para serem assaltadas, praticamente uma a cada dez dias e essa escola foi uma delas e aí levaram panela, data show que tinha na escola, carregaram tudo que tinha na escola. Eu posso, dando continuidade? No item seguinte, que me foi pedido para trazer, que fala do transporte escolar, nós temos o seguinte”. A Vereadora Jaciara tomou a palavra e disse: antes de entrarmos no transporte escolar, a minha pergunta é o seguinte, então hoje não se tem problema com a merenda escolar, com entrega”? Sendo a resposta da oradora, “Não”. A Vereadora continuou: “Caso tenha algum tipo de relato, alguma coisa, algum questionamento feito, a providência”? A Secretária respondeu: “Eu peço que imediatamente vocês nos ajudem entrando em contato com a Secretaria de Educação. Todos os Diretores eles estão avisados. Eles sabem a rota do carro, o dia que o carro faz a entrega, quando que esse caminhão sai para fazer entrega. Nós tivemos um problema com chuva outro dia, a merenda não conseguiu chegar lá, o caminhão voltou, nós colocamos num carro que desse conta de passar e que chegasse lá e entregasse a merenda. Nós temos cento e nove escolas, se nós pensarmos lá de uma extremidade no Nativo à outra extremidade aqui próximo de Santa Maria nós temos um território muito grande. Não vou dizer a vocês que um problema ou outro não possa acontecer, com certeza vai acontecer, e neste momento eu conto com a colaboração, não só de vocês, nós temos pais que eles entram em contato, olha, na nossa escola não foi entregue isso, não foi entregue esse item, não foi entregue outro item e aí a gente toma a providência necessária. Eu gostaria de dizer para vocês o seguinte, não tem problema a gente ter problema. Porque aqui vocês terão problemas, em casa, o problema é a gente não resolver os problemas. Então ter problema não é problema. Do transporte escolar, qual é a situação? Nós temos hoje setenta e sete linhas terceirizadas. Das setenta e sete, além das setenta e sete linhas terceirizadas nós temos dez linhas de frota própria. Como define-se hoje o valor do quilômetro? O Governo do Estado estabelece um decreto no final do mês de abril que determina o valor da quilometragem de acordo com a localização e aí, no ano de 2017, infelizmente, o Governo Estadual disse que não faria reajuste da quilometragem, do valor. Ou seja, o valor/quilômetro rodado que nós temos hoje é o mesmo que foi estabelecido em abril de 2016. Se nós pensarmos na gasolina que nós tínhamos em 2016 e da gasolina que nós teremos em abril de 2018 nós vamos ter uma defasagem aí significativa. Nós gastaremos esse ano com transporte escolar, doze meses, uma estimativa de R\$ 9.000.000,00

(nove milhões). Destes nove milhões, o Governo do Estado repassa R\$ 3.000.000,00 (três milhões), o Governo Federal R\$ 500.000,00 (quinhentos mil) e o que completa este recurso é recurso próprio do Município. Então a maior parte deste recurso é recurso próprio do Município, 60% (sessenta por cento). Diante desta situação, nós estamos avaliando se de fato vale a pena termos convênio com o Governo do Estado, porque embora a gente tenha parceria de algumas linhas, no frígir dos ovos acontece da gente pagar mais transportando um aluno do Estado. Então nós já estamos discutindo com o Estado até onde vale a pena essa parceria. O Município tem 14 (quatorze) ônibus. Um ônibus está cedido para a APAAE e um ônibus nós recebemos ontem de emenda parlamentar de Rose de Freitas, diga-se de uma emenda parlamentar de 2014 que nós perderíamos nos próximos trinta dias porque não foi organizado o processo de aquisição durante todo esse período. Então nós trabalhamos um pouco correndo contra o tempo para que nós não perdêssemos o ônibus desta emenda parlamentar que chegou ontem, que é o único ônibus adaptado com elevador que o Município tem. Esses ônibus só podem ser usados para transporte de alunos da rede da educação básica. Então as vezes as pessoas perguntam assim, esse ônibus pode transportar o time de futebol, não, esse ônibus pode levar para o velório, não, não pode. É ônibus de transporte escolar, ele não pode ser usado em outra finalidade. O ônibus mais antigo desses que nós temos de frota própria é de 2012, então é uma frota muito nova. Eu tenho certeza que uma das principais inquietudes que porventura os Senhores irão trazer, é a respeito da licença para transporte escolar. Nós tivemos uma série de dificuldades para fazermos a licença para transporte escolar. A vistoria dos ônibus já foi realizada. Nós estamos realizando agora a vistoria do tacógrafo para emissão da licença. Essa licença está vencida sim e nós estamos correndo contra o tempo para emissão da licença embora os ônibus já tenham sido vistoriados. Porque atrasou? Nós realizamos todo o processo com uma empresa de São Mateus e na hora de efetivar o pagamento a empresa não tinha certidão negativa. Nós fomos a uma outra empresa e ela se negou a fazer o serviço por causa de débito antigo da Prefeitura com esta empresa. E hoje a outra empresa de São Mateus que faz ela não faz vistoria nos dois modelos de ônibus que nós temos que é o micro-ônibus e o ônibus. Então isso está sendo feito, foi realizado já parte em uma empresa de Linhares. Eu gostaria de falar com os Senhores como é que nós encontramos o setor de transporte escolar. Nós encontramos todos os computadores vazios, sem nenhuma planilha, todas as planilhas de monitoramento, todos os carimbos e todos os documentos de licença do transporte não estavam nesses ônibus. Todas as carteirinhas impressas no ano anterior também não estavam neste setor no dia que nós adentramos. Foram aplicados no ano de 2016 R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais) em manutenção de ônibus e nós tínhamos seis dos onze que nós temos quebrados. Nós pegamos com uma dívida de terceirizados de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Todos vocês sabem disso porque vários terceirizados procuraram vocês. Nós hoje pagamos a dívida anterior com os terceirizados. Vocês podem perguntar a qualquer terceirizado do transporte escolar se tem algum débito com eles a não ser aqueles que os processos voltaram durante o mês por falta de documentação. E aí uma outra pergunta que já me foi feita por alguns Vereadores, nós vamos fazer nova licitação agora no segundo semestre. Porque que nós

optamos por fazer uma nova licitação? Porque nós percebemos que as rotas precisam ser reorganizadas. Nós percebemos linhas que precisam ser criadas, mas nós nos deparamos com uma situação que inclusive está sendo acompanhada pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Ministério Público Federal. Nós temos, isto que eu estou falando já foi registrado. Nós encontramos tacógrafos adulterados, linhas rodando vazias, linha com quilometragem maior do que a necessidade, a necessidade é de oitenta e o ônibus roda cem e assim sucessivamente. Nós recebemos empresas entregando tacógrafo de linha que está sendo realizada pelo ônibus do Município. Foi licitada a linha, a linha foi passada para ser feita pela rota do Município, pelo ônibus do Município, mas continuamos recebendo tacógrafo desta linha da terceirizada. Nós identificamos que tem carro saindo de São Mateus e indo até o quilômetro trinta e cinco e voltando vazio e nos entregando tacógrafo. Então vocês vão perguntar assim, mas porque que vocês ainda não tomaram uma providência? Porque nós precisávamos acompanhar o processo para identificarmos essas lacunas para que a partir daí a gente pudesse cobrar para quem de fato investiga, que não é na nossa função. E dentre outras questões que não cabe a nós colocarmos aqui, mas se vocês tiverem interesse assim que o Ministério Público autorizar ou permitir, ou vocês solicitarem vocês podem ter acesso àquilo que está sendo observado. Então para mim hoje transporte escolar é um dos maiores desafios da Secretaria de Educação. Porque se nós pararmos para pensar nós temos quase cem linhas, não é fácil. É um usuário de todo dia, então esse ônibus quebra, fura o pneu, esse ônibus tem menino que fica para trás. Tem pai que me liga sete horas da noite dizendo que o ônibus passou e deixou o menino para trás e a gente vai se aborrecer com o motorista ou com a empresa, ou o motorista que acaba se exaltando. Todos os dias nós temos dificuldades com o transporte escolar. Eu não vou dizer para vocês que nós não temos, mas todos os dias a gente tenta aprimorar o sistema de transporte escolar. Por isso que nós estamos querendo romper o convênio com o estado. Para ficarmos com uma frota menor para que a gente possa melhorar esse atendimento do transporte escolar. O que eu tinha para trazer do transporte escolar foi isso e eu gostaria de fazer uma fala. A Secretaria de Educação está à disposição como sempre estive, eu já recebi diversos Vereadores lá na Secretaria de Educação. Quando surgirem as dúvidas vocês podem procurar a Secretaria de Educação. De repente você recebe uma denúncia por whatsapp, que talvez não fundamente a sua denúncia, por isso que veio por whatsapp. Procure a Secretaria de Educação, procure o setor, peça por escrito, o que nós tivermos lá nós vamos comprovar, se não aí de fato eu acho que cabem todas as denúncias. E aí nós mandamos alguns ofícios pedindo ao Presidente da Casa que indicasse Vereadores porque como educadora nós precisamos discutir políticas públicas de educação, além de situações pontuais da educação. Existem situações que a gente discute, desgasta encima de um ponto quando a gente tem um problema muito maior acontecendo. Prova disso são de alguns pontos que eu coloquei aqui. Nós precisamos discutir resultados da educação neste Município. Nós precisamos discutir se a nossa educação forma de verdade, se a educação está formando com qualidade e este espaço aqui é um espaço que a gente precisa caminhar para isso. Nós temos hoje diversas dificuldades na educação com estrutura física, todas as nossas escolas estão sucateadas, todas, exceto os CEIM's que acabaram de ser

construídos, embora alguns a gente está tendo que pedir vistoria porque está na garantia e está despencando. Todas as nossas estruturas físicas estão sucateadas. Se nós passarmos dez anos sem consertar a nossa casa ela vai ficar sucateada e nós temos hoje essa dificuldade. Eu queria sugerir, uma mera sugestão, Presidente, que talvez nesta Casa tivesse um setor, se tem desculpe porque é desconhecimento mesmo que monitorasse emendas parlamentares que são enviadas a este Município. Nós precisamos monitorar as emendas parlamentares. O nosso Município perde muito em emendas. Nós iríamos perder este ônibus. Não sei se vocês sabem nós estamos com o CEIM do Porto em um casarão despencando, que a gente está dialogando com a comunidade para alugar uma casa e não conseguimos na região, então a gente vai ter que tirar um pouquinho porque as crianças não podem ficar naquele espaço. Mas nós temos uma emenda parlamentar de CEIM para o bairro Porto desde 2014, com trezentos e vinte e poucos mil já depositados em conta para construir este CEIM e nós identificamos isso agora, estamos correndo contra o tempo para que a gente não perca esta emenda parlamentar e que a gente não perca o recurso para construir este CEIM. Emenda parlamentar da Deputada Federal Lauriete, que nem Deputada é mais desde 2014. O Município perdeu ano passado R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de emenda parlamentar para reforma do ginásio de esportes. Se nós formos hoje no ginásio de esportes a gente percebe que o ginásio de esportes precisa de uma reforma. Nós estávamos perdendo uma emenda parlamentar de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que está em conta, para a escola quilombola de Nova Vista. Essa escola foi uma emenda parlamentar do Deputado Jorge Silva, que estávamos às vésperas de perder por falta de projeto e a gente está lá tentando. Então isso só o que eu estou conseguindo relatar. Eu fui à uma prestação de contas de um Deputado outro dia, só dele o Município perdeu R\$ 7.000.000,00 (sete milhões) de emenda parlamentar nos últimos dois anos. Então quando a gente tem carência de obras a gente não pode perder emenda parlamentar. Eu fui visitar a cidade de Boa Esperança tem quinze dias e eu disse assim eu quero aprender com vocês porque vocês perdem 2% (dois por cento) de emenda parlamentar. Não perde emenda parlamentar naquele Município. Tem setores específicos só para monitorar emenda parlamentar. Porque as vezes o Deputado faz emenda e ele liga para avisar. As vezes ele faz a emenda e ele não avisa que fez a emenda. A emenda está lá. É o Município que precisa garimpar isso. Para encerrar a minha fala e eu estou aqui para ouvir as perguntas, eu não estou falando do nosso trabalho conjunto por ser Secretária de Educação, por estar Secretária de Educação, porque eu sou professora, essa função é temporária. Eu falo por ser educadora, por ter estado muitas vezes nesta Casa discutindo, brigando, querendo direitos e eu acho que a gente precisa evoluir. As nossas discussões em educação elas ainda são muito rasas. Nós precisamos discutir políticas de educação. Esses dias um Vereador passou por mim na porta da Prefeitura, bateu nas minhas costas e falou assim, Secretária você está muito linha dura, sua mão está mais pesada que a mão do Coronel, aí eu falei assim, Vereador eu vou ler isso como um elogio, porque se ser linha dura é andar aqui, é isso mesmo, sou chata mesmo, sou linha dura mesmo. Então tudo o que eu fiz até hoje nos meus trabalhos eu faço com muita seriedade. Eu fui Diretora de uma escola da Cohab dez anos, fui Diretora da Cooperativa Educacional seis anos, estive no sindicato por dois anos,

estive no Conselho de Educação por três anos. Em nenhum desses lugares que eu passei eu fiz acordo ou eu brinquei do que eu estava fazendo. Não faço acordo, não faço negociação porque acima da função que eu estou existe a minha condição de cidadã, de professora e o dia que eu sair da Secretaria de Educação eu quero sair de cabeça erguida da mesma forma que eu cheguei. Não costumo brincar de trabalhar, não costumo brincar com a minha profissão e eu não costumo brincar com os meus valores. Então estou sempre á disposição. Tenho dito muitos não, sim. Falo muitos não, mais todos os pedidos que me forem feitos fora de todos os setores que chegam que não podem a gente acaba fazendo o exercício do não. Mas eu acredito que a gente pode construir muito. Quando eu vi o resultado dessa eleição no ano passado eu disse que eu acreditava que a gente poderia construir muito e nós temos muitas políticas de educação para construir neste Município e eu preciso de todos vocês. Eu estou à disposição, oque eu não der conta de responder aqui a gente pode mandar por escrito ou responder em outro momento”. Após o Vereador Aquiles tomou a palavra e disse: “Quando eu fiz este Requerimento foi chegado várias denúncias que a situação da merenda escolar não estava chegando às salas de aula. Então por isso nós fizemos este requerimento, haja vista que foram convidados vários Secretários aqui também para explicar a situação de como está a sua pasta, mas já que você respondeu eu vou te fazer uma pergunta. Hoje acho que o secretariado tem um bom relacionamento entre eles, você com outro secretariado, a minha pergunta é a seguinte, haja vista que há várias EMEF's, CEIM, no Município não tem porteiro, não tem alguém que possa atender e eu fiz recentemente um pedido que no meu primeiro mandato eu também fiz a mesma coisa ao Secretário anterior, que constava no quadro da Defesa Social trezentos e dezenove guardas-patrimoniais. E a dificuldade maior hoje em algumas EMEF e CEIM são de manter o portão aberto e hoje a maioria dessas escolas elas estão em bairros que o índice de vândalos é muito grande e você manter o portão aberto eles vão adentrar dentro das escolas, se manter fechado muitas vezes as ASG estão fazendo as obrigações delas no interior das escolas e as vezes um pai chega lá e a dificuldade é muito grande de vir abrir o portão para entrar dentro da escola. A minha pergunta é a seguinte, eu já fiz os cálculos o ano passado e a quantidade que tem de guardas patrimoniais e a quantidade de patrimônio que temos de CEIM e EMEF no Município teria condições sim de algumas unidades serem atendidas por estes guardas patrimoniais. Aí a pergunta, se existe um bom relacionamento entre os Secretários porque não atender? A Secretária respondeu: “Aquiles, eu posso reforçar o seu pedido junto ao Secretário que como você disse temos um bom relacionamento, mas hoje a secretaria de educação não tem acesso a nenhuma informação de guarda porque toda a gestão da guarda patrimonial, toda, do ponto à escala, é feita pela defesa social. Se você me perguntar hoje quantos guardas tem á disposição do Município eu não sei te responder porque não está na minha pasta. Até outro dia as escolas atestavam esse servidor, as escolas combinavam as férias desse servidor, hoje não acontece mais, está tudo na Defesa. Nós fizemos sim essa solicitação ao Coronel desde o primeiro momento, essa organização é da Defesa Social, eu não consigo te dar essa resposta, eu acho que de repente poderia ser feita uma solicitação por escrito da Casa para o Coronel para que ele possa fundamentar a resposta”. O Vereador Aquiles tomou a palavra e pediu para que a Secretária

olhasse com carinho para a construção de EMEF e CEIM no bairro Vilages e também sobre a reforma da Escola Caíque, que é uma das maiores escolas do Município. A Secretária assim se manifestou: “Eu ia me ater às duas questões que me foram pedidas mas eu tenho a resposta que eu posso te falar. A escola do Village na verdade já está cadastrada. Essa escola é uma escola que seria no KM 35, pedido pelo Vereador que passou por esta Casa, Cafeu, diga-se de passagem pelo tempo que Cafeu já saiu já entende o tempo que este dinheiro está parado lá e essa escola foi pedida para o KM 35. Porém na época foi cadastrado no PAR uma escola de dez salas. A Rose de Freitas fez a liberação da emenda e foi solicitada no PAR uma escola de dez salas. O Governo Federal não libera escola de dez salas no campo, o limite são seis salas. Então foi embargada a construção, mesmo tendo a emenda parlamentar de Rose. Quando, não sei se vocês viram, Rose veio aqui me deu um cheque, que eu achei que era um cheque bom mas era um cheque cheio de problemas, eu brinquei com ela, esse cheque está sem fundos. Mas na verdade, nós estávamos também. Se eu disser uma coisa para vocês. O PAR que nós temos em vigor, PAR que é o sistema que o Governo Federal envia os recursos para as construções, ele encerrou em 2015. O Governo Federal agora encerrou a possibilidade de lançar obras, nós agora estamos prestando contas ou terminando obras desses recursos que foram liberados lá atrás. Essa escola do 35 foi liberado o recurso e nós iríamos perde-la no dia 26 de maio, nós iríamos perder esse recurso. Aí numa ida do Prefeito a Brasília negociando, conseguiu prorrogar o prazo e que o sistema abrisse para a gente migrar. Então o sistema até agora o final do mês de junho para que a gente pudesse não perder o recurso e usar esse recurso para uma escola na cidade com dez salas. Daí esse recurso foi migrado para uma escola no Villages. Inclusive um terreno que já tem que passou nesta Casa no últimos anos. Então esta escola que tem R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em conta e que tem previsão de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) é uma escola que será construída no Villages dessa emenda parlamentar que o Cafeu até foi na Secretaria de Educação no outro dia furioso aí eu tentei explicar isso a ele que negou porque eram de dez salas. Então, a escola do Villages quero eu acreditar que a gente da conta de fazer. O mesmo aconteceu com a escola do Nova Vista que eu acho que conversei com Paulo Chagas outro dia, que foi uma outra situação que foi gerada que o Município estava perdendo. O CEIM, e eu tenho recebido dos senhores vários pedidos de CEIM, eu tenho uma lista lá também, vocês mandam e eu vou acrescentando na minha lista. O PAR de 2016 não foi aberto. Nós estamos em junho de 2017 e o Governo Federal não abriu e há rumores de que não abrirá, só vai abrir em 2018. Isso quer dizer que as obras novas, para nós recebermos auxílio do Governo Federal ela não existe agora. Nós estamos trabalhando com as obras já cadastradas e aí este bairro é um bairro que tem estudo de demanda para um CEIM. Porque que eu estou dizendo isso? Eu até estou respondendo alguns dos ofícios, que tem alguns pedidos de construção de CEIM em bairros que a gente não consegue justificar demanda. Porque quando a gente cadastra isso no MEC eu tenho que dizer qual é o público que vai ali. O MEC puxa o senso e faz uma estimativa de crianças daquela região para saber se tem demanda. Se eu queimar cartucho com um bairro que não tem demanda a gente vai receber um não. Então as vezes vocês me mandam um pedido, nós temos os estudos de demanda dos

bairros, então a gente faz essa estimativa. Existem bairros que não tem CEIM mas no entorno tem cinco CEIM'S. Então você não tem uma demanda específica de público. Mas, eu falo demais não é? Então para este bairro a escola já tem o recurso, para o CEIM a gente tem estudo de demanda que consegue fazer o pedido de um CEIM ou do Governo do Estado que está por aí garantindo construções de Unidades de Educação Infantil para os Municípios". O Vereador Paulo Chagas tomou a palavra e perguntou " É possível a construção de uma escola de ensino fundamental no Distrito de Nestor Gomes, só com recursos Municipais. A Secretária respondeu: "Eu penso que, não vamos nos iludir, a gente não constrói escola hoje sem a contrapartida do Governo do Estado e do Governo Federal. Neste momento não. Talvez, vocês tem acompanhado as finanças do Município, eu vi que vai ser lido hoje o balanço do mês de maio, vocês conseguem ter um pouco essa percepção. Nosso Município desde 2012 gasta 100% (cem por cento) do FUNDEB com folha de pagamento, desde 2012 100% (cem por cento) do FUNDEB com folha de pagamento. De 2012, 2010 a 2015 a folha de pagamento do Município subiu de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões) para R\$ 181.000.000,00 (cento e oitenta e um milhões). Então com recursos próprios, eu sou muito realista, eu sou matemática então matemática faz muita firula, eu não acredito que a gente construa uma escola de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) que é a estimativa do valor de uma escola hoje com recursos próprios sem ajuda do Governo. Mas Chagas, o Governo do Estado está propondo o PAES, que é uma colaboração, um pacto, e nesse pacto eles oferecem algumas obras. O KM 41 é uma região que está como necessidade no pacto. Eu quero ir à missa de Santo Antônio". Após o Vereador Jozail do Bombeiro perguntou sobre o problema com a quilometragem dos ônibus, "esse problema já foi freiado"? A Secretária respondeu: "Algumas situações, Jozail, a gente já está, porque como é que nós identificamos isso? Nós instalamos um GPS em um carro e fizemos o monitoramento com o GPS, desenhado o mapa. Então algumas situações a gente já identifica e a gente já tem conversado com algumas empresas. Não foi cortado porque o Ministério Público Federal precisava aí de um tempo para a gente poder monitorar isso. Os anteriores, como eu disse, a gente não faz investigação, então a gente pediu ao Órgão que fizesse. A nova licitação, nós estamos colocando no termo de referência que todos os ônibus, tanto os nossos que a gente já está instalando quanto os terceirizados tenham GPS e aí os tacógrafos servirão para comprovação de fiscalização mais a leitura diária de GPS de rota desses carros". A Vereadora Jaciara tomou a palavra e disse : "então isso significa que se você tem uma rota que estava informando um trajeto maior que o real significa que o Município então pagou por algo que não deveria existir, é isso? É isso que vocês pediram a investigação da polícia? A Secretária respondeu: "Estima-se que sim. Nós não fazemos investigação, nós levantamos as suspeitas e levamos a quem de fato investiga para que possa fazer esse levantamento, inclusive de todo esse período. Porque o que que a gente pode fazer? A gente identifica o problema. Nós não temos mão de obra para periciar algumas situações, então por isso que nós, antes de começarmos a fazer isso, quando nós identificamos nós pedimos ajuda do Ministério Público que foi dada algumas orientações do que fazer e agora eles fazem o acompanhamento necessário, mas teoricamente ou praticamente sim. Se eu rodava oitenta e recebi por cem, todos os dias eu tenho vinte a mais, vinte vezes cinco,

vinte vezes vinte”. A Vereadora Jaciara sugeriu à esta Casa que fosse instaurada CPI do Transporte Escolar. Saliou que há indícios suficientes para instauração da CPI e reiterou o pedido de apoio aos demais Vereadores. Após o Vereador Sr. Antônio Luiz Cardoso ressaltou a luta da comunidade Cricaré, Santa Inês e Cacique para conseguir uma creche que agora está precisando de reformas, e perguntou: “E a respeito do transporte coletivo a Sra. falou que quando recebeu a frota, recebeu toda, seria, bagunçada, e tudo apagado os computadores, sem informação para a Sra.? A Sr. pegou sem informação nenhuma? Então apagaram por maldade”? A Secretária respondeu: “Não só esse CEIM, Vereador, nós temos três CEIM’s que foram construídos e entregues em 2015 e 2016 que estão com a obra danificada. Como as obras estão na garantia, o fiscal da obra, que é o engenheiro do Município, está notificando Carmelina Rios, Cricaré e se eu não me engano Paulista. São três CEIM’s”. O Sr. Presidente tomou a palavra e relatou fatos ocorridos quando presidiu a CPI do Transporte Escolar no ano de 2003 ressaltando os ótimos resultados obtidos. Em seguida relatou a época em que os ônibus não tinham cuidadores e perguntou se esse serviço de cuidadores continua a ser feito e indagou também a idade dos ônibus que estão fazendo as rotas, pois alguns estão com documento atrasado, com pneus gastos. Falou também sobre o acompanhamento das emendas parlamentares, que pode até colocar um funcionário desta Casa para acompanhar, mas que esse papel é do Prefeito. A Secretária respondeu: “Hoje é dia da missa de Santo Antônio, no bairro de Santo Antônio e eu já estou perdendo meu Santo Padroeiro. Dos monitores, os ônibus tem monitores tanto os terceirizados quanto a frota própria. Existe um limite de idade, então os ônibus que transportam os alunos do ensino médio esses não tem monitor, mas todos os menores é obrigatório monitor e todos tem. Os ônibus existe o tempo, quando você faz uma licitação, se eu não estou enganada agora aqui são quinze anos, dez anos, quinze anos. Qual é a dificuldade? Esses ônibus são vistoriados de tempos em tempos. Você chama o ônibus e vistoria tudo, motorista, tudo. Só que se você não for lá olhar você perde isso de vista, porque eu posso te trazer um ônibus e rodar com outro, então constantemente a gente recebe sim a denúncia, olha o ônibus aqui da minha linha é um ônibus velho. A gente sai sem avisar, vai lá, ou outra coisa que a gente faz constantemente, tem dois fiscais na Secretaria de Educação de transporte, eles vão para o ônibus, pedem a documentação do motorista que está lá. Porque toda prestação de contas mensal vem o documento do motorista, o documento do monitor, carteira de habilitação do motorista, tudo. Mas, uma coisa é o papel e outra coisa é o que está acontecendo de fato na prática, por isso que a gente precisa ter o in loco. E do monitoramento de emendas na Prefeitura tem uma pessoa fazendo isso, na Secretaria de Educação tem uma pessoa que só faz isso, porque num tempo de vacas magras nós não podemos perder dinheiro que venha para o Município. Eu agradeço, estou à disposição. Nem sempre vocês vão chegar lá e vão ser atendidos acima da hora, porque a Secretária de Educação tem dia que nem almoça, vocês sabem disso. E aí as vezes me ligam, eu ligo de volta. Não tenho nenhuma pretensão de resolver todos os problemas da educação, é impossível, como vocês não resolverão todos os problemas do Município, mas enquanto eu puder colaborar eu estarei lá, e quando eu achar que eu não colaboro mais eu volto para sala de aula que lá que é o meu lugar. Muito obrigada, boa noite a vocês. Olha

só, o ônibus que transporta aluno especial está quebrado, de fato, o transporte estava sendo feito com outro ônibus e o ônibus que chegou ontem vai passar a rodar transportando essas crianças. O ônibus está quebrado sim e eu não vim aqui para mentir nem para omitir. A pergunta das cuidadoras não é o assunto da pauta, mas existe uma discussão das oito horas. Bom, se quiser a resposta eu posso dar, se não eu posso responde-las na Secretaria de Educação em outro lugar. As cuidadoras são as únicas que estão trabalhando oito horas. O decreto de seis horas não impede que isso aconteça. O Procurador desta Casa acompanhou essa discussão. Isso está sendo discutido acompanhado com o Sindicato da categoria a possibilidade de contratar mais cuidador para que estas trabalhem seis horas. Essa medida não foi adotada ainda porque se as cuidadoras passarem a trabalhar seis horas nós temos aluno especial que ficará sem atendimento. Trabalhar oito horas pelo decreto municipal não é ilegal. Lá, se vocês verem o Decreto, diz que de acordo com a necessidade pode-se convocar o servidor para trabalhar oito horas. É injusto, porque é a única que está trabalhando oito horas, mas não é ilegal. Essa discussão, Carlos Alberto, está sendo feita com o sindicato da categoria, nós já sentamos mais de uma vez. Foi feito um estudo, só que as vezes, inclusive o próprio advogado desta Casa disse o seguinte, se vocês recorrerem à Justiça, não ganham o direito porque o Decreto dá a obrigação das oito horas, então ou se resolve isso no diálogo administrativo ou a gente não sai do emperri. A Secretaria de Educação nunca fechou as portas para essa discussão, mas eu acredito no diálogo do confronto das idéias, mas não no enfrentamento de pessoas. No confronto das idéias a gente senta em qualquer lugar para discutir, no enfrentamento de pessoas não, aí eu não participo dessa área de discussão. Muito obrigado”. **DO GRANDE EXPEDIENTE: ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente sugeriu que as indicações fossem votadas em bloco. Logo após o Sr. Presidente submeteu em discussão e votação: **Indicações nºs 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451 e 452/2017.** Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: Aprovadas por Unanimidade. **Requerimento nº 091/2017** de autoria do vereador Sr. Aquiles, que solicita: Forneça relação contendo a quantidade de caminhões-pipa locados pelo Poder Executivo, informando ainda o valor das locações, bem como a data do início e término do contrato. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. **Requerimento nº 092/2017** de autoria do Sr. Vereador Jerri Pereira, que solicita: Viabilize apoio financeiro ao transporte escolar para estudantes do Ensino Médio e Superior, de acordo com a Lei nº 1.590/2016 – que “Estima a receita e fixa a despesa do município de São Mateus, para o exercício financeiro de 2017”. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. **Requerimento nº 093/2017** de autoria do Vereador Sr. Jorge Recla, que solicita: Construção de CEIM no Bairro Guriri, lado sul, de acordo com a Lei nº 1.590/2016 – que “Estima a receita e fixa a despesa do município de São Mateus, para o exercício financeiro de 2017”. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. **Requerimento nº 094/2017** de autoria do Vereador Jozail do Bombeiro, que solicita: Informe a esta Casa de Leis a atual situação do quadro de salva-vidas do município de São Mateus, assim como: quem é o coordenador da equipe; o número de salva-vidas; como é feita a escala; como são distribuídos; como são fiscalizados e relação dos nomes dos salva-vidas. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: Aprovado por

Unanimidade. **Em Turno Único Projeto de Lei nº 010/2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o Artigo 4º da Lei Municipal 553/2006”. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. **Em Turno Único Emenda de Redação nº 001/2017, ao Projeto de Lei 010/2017** do Poder Executivo, que “Altera o Artigo 4º da Lei Municipal 553/2006”, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça, Direitos Humanos, Cidadania e Redação. Em DISCUSSÃO: Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. **COMUNICADO DE LIDERANÇA.** Com a palavra o Vereador Sr. Francisco Amaro discorreu sobre o julgamento no TSE da cassação ou não da Chapa Dilma/Temer, demonstrando seu descontentamento com a decisão daquele Tribunal. Não havendo mais nada a tratar, o Sr Presidente convocou uma Sessão Extraordinária logo após esta para votação da redação final do Projeto de Lei 010/2017 e declarou encerrada a presente Sessão, para constar, eu....., Ajalírio Caldeira Vargas - Secretário, conferi a presente Ata, que por estar em conformidade será assinada por mim, pelo Sr Presidente e demais membros da mesa.

CARLOS ALBERTO G. ALVES
Presidente

JORGE LUIZ RECLA DE JESUS
Vice-Presidente

AJALÍRIO CALDEIRA VARGES
1º Secretário

FRANCISCO AMARO DE A. OLIVEIRA
2º Secretário